

8º Encontro da ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS
Área Temática: Cultura Política e Democracia

**A “onda rosa” no Brasil e na Argentina
sob o prisma das distintas morfologias políticas**

Thiago Melamed de Menezes (UBA - Universidade de Buenos Aires)
Maíra Baé Baladão Vieira (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Introdução

No contexto da onda de governos progressistas na América do Sul, não é incomum que analistas políticos ou a imprensa contraponham a experiência dos governos do PT no Brasil, junto aos seus congêneres uruguaios e chilenos, vistos como uma “esquerda light” ou “responsável”, a outra esquerda, tida como populista “populista” ou “radical” e composta ou capitaneada pelos países da ALBA (Venezuela, Equador, Bolívia etc). A Argentina ora é agrupada junto ao primeiro conjunto, ora é tomada como um país *sui generis* na região, talvez por uma série de particularidades de sua história e cultura política, que aparentemente não passam despercebidas a esses observadores.

Essa taxonomia carece evidentemente de maior rigor conceitual e se presta, mais que qualquer outro objetivo, a uma caracterização despectiva e estigmatizadora comum em alguns dos grandes meios de comunicação e que comunga de certo pensamento *mainstream*, claramente ainda caudatário dos receituários predominantes na década de 1990. O que não significa, porém, que certas comparações não possam ser úteis para ampliar nosso conhecimento sobre o(s) modelo(s) político(s) implantado(s) já há cerca de dez anos, quando a chamada “onda rosa” – a chegada de partidos e/ou lideranças identificados com a esquerda e a centro-esquerda aos governos– fez sua aparição na América do Sul. É preciso termos claro inclusive que, enquanto elemento estruturante desta distinção atribuída aos dois países, deveria ser considerada a profunda crise pela qual passa o modelo social progressista europeu que hoje busca rearranjos internos capazes de equacionar as contradições impostas pelos profundos processos de transição em curso no sistema internacional.

Neste trabalho, por meio de uma abordagem histórico-institucionalista e interessados na interação entre história política e história intelectual, propomos uma comparação entre os momentos políticos vivenciados por Brasil e Argentina em bases distintas. Sustentaremos que a categorização anterior deixaria escapar o que nos parece a diferença principal, que não reside no grau de conflitividade ou heterodoxia econômica, mas no reforço, pelos dois governos, de elementos

diferentes de suas respectivas morfologias políticas. A hipótese apresentada será a de que, enquanto no Brasil estar-se-ia caminhando no sentido da afirmação de uma democracia representativa pluralista, na Argentina, os governos kirchneristas, herdeiros da tradição organicista peronista e influenciados por ideólogos e por toda uma tradição cultural, operam em padrões distintos em relação à representação política e separação, ou integração, entre Estado e sociedade.

Desde logo, é preciso deixar absolutamente claro que a comparação é proposta num sentido de tipos ideais, o que pressupõe uma série de contradições e imprecisões quando confrontada com uma realidade sempre mais complexa. Em termos mais concretos, não estaremos sustentando aqui que a Argentina é hoje o exemplo consumado de sociedade rousseauniana da *volunté general*, aluvional e movimentista, enquanto o Brasil constitui-se como a sociedade liberal-republicana teorizada (e sonhada) por Robert Dahl e congêneres. A realidade social é muitas vezes refratária às interpretações abrangentes, porque fugidia e contraditória e, portanto, desafiante aos esquematismos. Apenas consideramos que – na melhor tradição epistemológica weberiana e sartoriana – a política comparada, se não nos faculta a superar as limitações intrínsecas na construção de conhecimento científico com que ainda se veem às voltas as ciências sociais, ao menos permite conhecermos melhor a nós mesmos como sociedades.

O “populismo erudito” argentino

No tocante à Argentina, deve ser enfocada uma corrente político-ideológica que tem no peronismo uma manifestação, embora não se confunda ou se esgote nele. Trata-se de uma tradição política fortemente arraigada de cunho popular ou populista (é assim classificada tanto por seus críticos, como para parte de seus simpatizantes), rousseauniana, movimentista e aluvional. Em suas múltiplas expressões na vida argentina, manifesta-se como, tradição política, corrente historiográfica, e mesmo linha estético-filosófica do chamado “ensaísmo argentino”. De seus representantes contemporâneos, destacaremos o grupo Carta

Abierta – que tem em Horácio Gonzalez talvez seu maior expoente – e o acadêmico argentino radicado na Inglaterra Ernesto Laclau.

O Carta Abierta e Laclau são tidos por muitos como ideólogos do kirchnerismo. Eles fazem parte, no entanto, de uma corrente político-cultural mais ampla. Poderíamos afirmar sem incorrer em maiores exageros que essa corrente perpassa a vida argentina, do que são exemplos uma vertente de crítica cultural, que teve nas últimas duas décadas na revista El Ojo Mocho, idealizada e editada por Horácio Gonzalez, uma de suas manifestações mais representativas. El Ojo... pontificava a perspectiva que Damián Tabarovsky definiu certa feita, com especial felicidade (e pedindo perdão pelo paradoxo) como “populismo erudito” (Tabarovsky, 2011), e na qual também poderiam ser enquadradas as revistas El Río Sin Orija, Contorno e Crises. Essas publicações contrastavam, por exemplo, com o pensamento social-democrata de Punto de Vista, revista dirigida por Beatriz Sarlo e talvez sua maior concorrente. Mas também com Los Libros, publicação que primeiro elegeu como alvo o “impressionismo” que via na crítica cultural de seu tempo (em oposição à perspectiva estruturalista de suas análises), para logo depois voltar suas baterias em direção ao “populismo cultural”.

O Carta Abierta surgiu em meio ao conflito do governo kirchnerista com o campo, em razão da tributação das exportações agrícolas em 2008. Trata-se de um grupo de intelectuais, a maioria deles com uma história dentro do peronismo, que se propõem a auxiliar o kirchnerismo a (nas palavras de sua primeira “carta abierta”):

abrir los espacios de actuación y de interpelación indispensables, discutir y participar en la lenta constitución de un nuevo y complejo sujeto político popular, a partir de concretas rupturas con el modelo neoliberal de país. La relación entre la realidad política y el mundo intelectual no ha sido especialmente alentada desde el gobierno nacional y las políticas estatales no han considerado la importancia, complejidad y carácter político que tiene la producción cultural. (Carta Abierta 1)

Mais recentemente, em 2012, um “grupo de trabalhadores da cultura”, como se autodenominaram, composto por intelectuais como Roberto Gargarella, Lucrecia Martel, Maristela Svampa e Beatriz Sarlo, lançaram uma frente

alternativa ao Carta Abierta, com os objetivos de “romper o silêncio” e sustentar o “pensamento crítico”.

No campo historiográfico, reproduz-se divisão semelhante. Tradicionalmente isso se manifesta, esquematicamente, na coexistência de três correntes principais: uma dita “clássica”, de nítido corte liberal; outra “revisionista” e uma terceira, que busca realizar uma síntese imparcial, na medida do possível, conformada por acadêmicos como Luis Alberto Romero e Halperín Donghi. Recentemente esse tema ganhou visibilidade com a criação, por meio de um Decreto Presidencial do Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano “Manuel Dorrego”. O Instituto tem como objetivo declarado constituir-se como um contraponto à historiografia de corte liberal e questionar o panteão histórico onde figuram personagens, caros à oligarquia portenha e pampeana, como Bartolomeu Mitre e Domingo Sarmiento.

Almeja igualmente quebrar com o cânone da “história dos vencedores” e questionar narrativas como a da “Campanha da Patagônia”, que culminou no extermínio das populações autóctones. Se Mitre e Sarmiento são alvos de questionamento, pretende-se reavaliar o legado de figuras históricas caras ao campo “nacional e popular”, como Arturo Jauretche e Raúl Scalabrini Ortiz, além de próceres latino-americanos como Simón Bolívar, José Martí e Augusto Sandion. A escolha de Manuel Dorrego, ex-Governador da Província de Buenos Aires, deve-se a sua posição de político federalista e sua condição de mártir da construção do Estado argentino, devido à sua execução por fuzilamento.

Apresentada essa conjuntura político-cultural, passamos agora a discutir – a partir da contribuição intelectual dos ideólogos – os fundamentos da corrente de pensamento abordada. Escolheremos em especial o trabalho de Ernesto Laclau para um exame mais detido. O autor desenvolveu uma interpretação atualíssima – em chave pós estruturalista – dessa corrente popular, em seu livro *La razón populista*. Como o próprio nome da obra já dá a entrever, Laclau reivindica uma nova visão para o fenômeno do populismo. O autor vê na ampla maioria de trabalhos anteriores sobre o tema duas características de que procura se afastar. Em sua visão, esses trabalhos tentariam, de um lado, encontrar um traço

fundamental que estivesse presente e caracterizasse o populismo em suas diversas manifestações, isto é, seu “o verdadeiro referente”. Laclau sustentará que

El populismo no tiene ninguna unidad referencial porque no está atribuido a un fenómeno delimitable, sino a una lógica social cuyos efectos atraviesan una variedad de fenómenos. El populismo es, simplemente, un modo de construir el político (Laclau, 2005).

De outro lado, Laclau repele veementemente o que considera uma tendência de extração elitista de ver no populismo uma anomalia ou, ainda pior, uma patologia social, que seria resultado de uma tradição de estudos acadêmicos sobre a "psicologia das massas" (Laclau, 2005).

O autor sustentará que o populismo requer a divisão dicotômica da sociedade em dois campos, um dos quais representando a si próprio como “parte que reclama ser o todo”. Agrega que essa dicotomia implica a divisão antagônica da sociedade, e que o campo popular tem como condição constitutiva a construção de uma identidade global a partir de uma cadeia de vínculos equivalenciais a partir de demandas sociais plurais e heterogêneas. Esse último ponto é central em sua teoria:

La frustración de una serie de demandas sociales hace posible el pasaje de las demandas democráticas aisladas a las demandas populares equivalenciales. (...) Sin esta ruptura inicial de algo en el orden social -por más pequeña que esa ruptura haya sido inicialmente-, no hay posibilidad de antagonismo, de frontera o, en última instancia, de ‘pueblo’. (Laclau, 2005).

Laclau passeia ecleticamente pela psicanálise e a semiótica, entre outras disciplinas. A “cadeia de vínculos equivalenciais” de que nos fala será possibilitada por uma série de significantes que condensam em torno de si a significação de todo um “campo antagônico”. São exemplos “o regime”, “a oligarquia”, “os grupos dominantes”, entre outros, para o “inimigo”; e “o povo”, “a nação”, “a maioria silenciosa” etc. para “os oprimidos” (Laclau, 2005).

Cumpramos aqui que a manobra intelectual arrojada realizada por este autor o possibilita atualizar o debate sobre o populismo e, sobretudo, inverter uma série de conclusões a que o cânone sobre o fenômeno chega em outras paragens. Como veremos posteriormente neste trabalho afastamo-nos totalmente em estas conclusões com o que se constituiu como hegemonia intelectual-acadêmica no Brasil.

Em um primeiro momento, tal como no Brasil e na Europa, Laclau repele a associação da “vagueza” dos discursos populistas a uma imaturidade dos atores sociais, que estaria destinada a ser suplantada em um estágio posterior. Na sequência, atualiza de maneira exímia a discussão, transferindo a experiência populista das sociedades em crise pela transformação estrutural e pelo modelo de substituição do passado para as sociedades do desemprego estrutural, crise do trabalho e das identidades sociais homogêneas do presente ao indagar-se: “*la vaguedad de los discursos populistas, ¿no es consecuencia, en algunas situaciones, de la vaguedad e indeterminación de la misma realidad social?*” (Laclau, 2005).

E diferentemente do que se postula no Brasil e na Europa, inverte os termos da equação ao sugerir que o populismo constitui via privilegiada para a compreensão de “*algo relativo a la constitución ontológica de lo político como tal*”. Ou seja, o caráter vago das manifestações populistas, longe de significar incoerência ou imaturidade político-ideológica do campo popular, refletiria o terreno social radicalmente heterogêneo da contemporaneidade, e o populismo não seria anomalia, em absoluto, mas uma lógica política, ou indo mais longe, a forma normal de se pensar a política (Laclau, 2005).

O pensamento de Laclau, dos intelectuais de Carta Abierta, da corrente popular a que estamos nos referindo, em suma a tradição que procuramos identificar na vida política argentina, tem como origem uma estirpe intelectual que desemboca em Rousseau e tem no conceito da vontade geral (*volunté general*) desenvolvido no *Contrato Social* seu fundamento último. Assim, convém agora abordarmos essa teoria que dividiu verdadeiramente campos na filosofia política.

A primeira e a mais central das distinções é aquela entre a vontade de todos e a vontade geral, ou seja, a distinção entre votar no próprio interesse, particular, e votar naquilo que se acredita ser o correto. Para Rousseau, quando se vota naquilo que se acredita ser moralmente correto ou o bem comum, está-se votando de acordo com a própria ideia de vontade geral. Que a vontade geral possa conformar-se é absolutamente fundamental para o êxito de um regime democrático, nessa concepção. Obviamente surge a partir deste ponto uma série

de questionamentos, por exemplo, sobre se o voto naquilo que se acredita ser o correto moralmente e o bem comum de fato coincide, e com que frequência, com a vontade geral.

Na tentativa de superar esse obstáculo, Rousseau propõe algumas diretrizes para a emergência de uma sociedade em que se possa constituir a vontade geral. Uma primeira pré-condição para a sua validade, é que a vontade geral seja aplicada de maneira equânime para todos os cidadãos. A vontade geral deve conduzir à elaboração de leis que, ao menos em princípio, afetem todos os cidadãos e que não sejam dirigidas a indivíduos ou grupos específicos da sociedade. Essa condição é necessária para que a vontade geral expresse o interesse comum. (Rousseau, 2007)

Atendida essa pré-condição, a questão radica em que a sociedade consiga garantir, em primeiro lugar, que os cidadãos estejam votando no que acreditam que seja a solução correta para o problema em questão; e em segundo, que as pessoas tenham de fato, em média, uma chance razoável (ao menos maior que 50%) de estarem corretas a respeito dessa crença. Rousseau quer organizar a sociedade política de tal maneira que não seja difícil aos homens perceber qual é a vontade geral. Para tanto, cumpre inibir, por todos os meios, as possibilidades de que os interesses particulares venham bloquear a visão dos cidadãos. O interesse comum será o mesmo para todos os indivíduos, caso estes sejam igualmente afetados pelas legislações aprovadas. Ora, as divisões sociais – em especial as divisões de classe – fazem com que dificilmente todos sejam igualmente afetados pela lei. Surgem ceticismos bastante sólidos sobre a possibilidade de que seja possível a constituição de uma vontade geral ou ao menos sobre sua determinação por indivíduos e sociedade. A solução proposta por Rousseau é, como se sabe, radical: para que seu sistema seja praticável não podem subsistir grandes desigualdades. “Se as diferenças de classe fazem a formação de uma vontade geral impossível, então as classes devem ser eliminadas”. (Wolff, 1996)

Dada a centralidade da formação da vontade geral para sua teoria da democracia, restam claras as vantagens de uma sociedade sem classes, já que

nela todos seriam afetados da mesma forma pelas leis e, conseqüentemente, seria muito mais fácil determinar o interesse comum. E aqui atingimos o ponto central da evocação da teoria de Rousseau para nossos propósitos: o autor não localiza o problema principal na dificuldade dos indivíduos de perceberem a vontade geral, mas em suas motivações para atuarem face a ela, devido a interesses particulares, intrigas e associações egoístas, feitas às expensas do bem comum. Na presença de grupos de interesse, portanto, não há razões para crer na conformação da vontade geral. Em razão disso, Rousseau investe contra a formação de facções, partidos políticos e associações em geral. Como *second best option*, ele prescreve, inversamente, pulverizá-las para que elas sejam tantas que nenhuma possa sobressair sobre os interesses da sociedade. (Wolff, 1996)

As concepções teóricas de Rousseau sobre a vontade geral são incompatíveis, sob certos aspectos, com as modernas democracias, como nós as conhecemos. O filósofo francês considerava, por exemplo, que a representação política, fundamental nas modernas democracias dos grandes estados-nação, é antidemocrática, pois desloca e substitui a vontade soberana, conformando o que certamente Carles Boix chamaria de “ditadura da maioria”.

A corrente de pensamento nacional e popular tem, evidentemente, críticos em uma tradição oposta, ainda que no campo dos processos democráticos – a tradição que poderíamos chamar liberal-republicana. Tomaremos aqui Guillermo O’Donnell como uma referência nesse outro campo, que é normalmente também é caracterizado por suas posições institucionalistas. O horizonte a que parece querer aproximar-se O’Donnell é o de uma democracia que seja participativa e em que, ao mesmo tempo, os poderes estejam limitados. Por conseguinte, incomodam as modalidades democráticas em que, embora sejam mantidas as eleições regulares e as liberdades democráticas, a participação popular está limitada ao exercício do voto e o líder não é controlado efetivamente pelo resto dos poderes.

O’Donnell observa que, as chamadas democracias delegativas, uma das tipologias que celebrizou, não são alheias à tradição democrática, mas são menos liberais que a democracia representativa.

El presidente es considerado como la encarnación del país, principal custodio e intérprete de sus intereses. Debido a que a esta figura paternal

le corresponde encargarse de toda la nación, su base política debe ser un movimiento; la supuestamente vibrante superación del faccionalismo y de los conflictos asociados a los partidos. Generalmente, en las democracias delegativas los candidatos presidenciales ganadores se sitúan a sí mismos tanto sobre los partidos políticos como sobre los intereses organizados. ¿Cómo podría ser de otro modo para alguien que afirma encarnar la totalidad de la nación? (O'Donnell, 2009)

Se o líder vê a si mesmo como a encarnação da causa nacional – considerando, portanto, seus opositores como fora da comunidade nacional – não são admitidos controles ou oposição. Autores como O'Donnell e o historiador Oscar Terán não situam exclusivamente no peronismo essas características da cultura política argentina. Para Terán, já durante o governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930), tanto os conservadores, como os socialistas, que conformavam os dois principais blocos políticos de então, consideraram, a partir de dado momento, como ilegítimo o governo, muito embora este fosse majoritário em todas as eleições em que tomava parte. Não o consideravam legítimo, por supostamente corrupto, incompetente etc., isto é, por não estarem de acordo com os valores do novo grupo politicamente hegemônico e com suas práticas de governo.

Cuando esto ocurre en la competencia política de un país, podemos pensar que se está abriendo un escenario temible. Temible porque cuando hay disparidad de criterios de legitimidad, disparidad en los fundamentos mismos de lo que es la legitimidad, se abre una confrontación de difícil resolución a través de una tramitación pacífica del conflicto, y es posible que tarde o temprano aparezca una lógica de amigo-enemigo fundada en la mutua descalificación del adversario (Terán, 2010)

Durante o período peronista, segundo Terán, reproduziu-se a mesma lógica amigo-inimigo e registraram-se as práticas de censura, controle de meios de difusão e obrigação de adesão política por parte dos funcionários públicos. É o que se chama de manifestação da vontade monocrática, com eliminação das manifestações de dissidência e afirmação das tendências unanimistas. A contradição – que marcará profundamente o país – foi a ampliação dos direitos sociais das classes baixas, em simultâneo a amplas violações dos direitos políticos das oposições. Nesse sentido, é interessante observar que os setores intelectuais se sentiram tão agredidos pelas ações governamentais que seus representantes, na grande maioria, não reconheceram a importância da ampliação

da participação econômica, social, cultural etc. vivida pelos setores subalternos. O resultado é mais uma vez a mútua negação da legitimidade e uma radical divisão do país, que se expressa na influente ideia das “duas argentinas”, em que se vão basear uma série de interpretações sobre o país desde então.

(...) contando el oficialismo con un apoyo electoral que en 1954 tocó el 63 por ciento, se mantuvo una oposición irreductible siempre dispuesta a negar legitimidad al régimen gobernante. Insisto, la denegación era mútua: en ese mismo año, el presidente Perón declaró que sólo había dos fuerzas políticas en la Argentina, y que ellas eran el pueblo y el antipueblo. (Terán, 2010)

O'Donnell atribui essas características da cultura política, não a traços estruturais, mas a uma tradição histórica. Está de acordo que a primeira manifestação mais visível dá-se com Yrigoyen. Menciona, igualmente, que Alfonsín (também da UCR, mas com muitas décadas de distância), recentemente recuperado por um revisionismo histórico como um estadista transigente e conciliador, no momento em que o Plano Austral lograva domar a hiperinflação, tentou sair-se com um plano de criar um “terceiro movimento histórico” (após Yrigoyen e Perón) em busca de implodir o peronismo para governar, mediante uma reforma constitucional, como primeiro-ministro, “por 30 anos”. O'Donnell acrescenta que o peronismo, em que pesem suas muito distintas variantes, dá continuidade a essa cultura, por seus fortes traços “movimentistas” e “super-majoritários”.

en la medida en que tengo esta visión, soy enemigo natural de las instituciones que me tienen que controlar: no quiero un Congreso autónomo, me molesta la Justicia independiente, y ni qué decir la Fiscalía, el ombudsman, las controladuras.(...) No es algo, por supuesto, que haya inventado el gobierno actual: es algo muy fuerte, que se muestra en el lenguaje político. (O'Donnell, 2006)

As concepções descritas tendem a conferir maior importância ao fortalecimento de estruturas estatais, a fim de maximizar a efetividade da atuação do governo. Para esses críticos, no entanto, isso ocorre em prejuízo da transparência e da rendição de contas. A imagem – muito lapidada – do movimento que, por representar a integridade da nação, a vontade geral, não reconhece controles ou oposições – pelo suposto bem de todos, muito embora se

depare inevitavelmente (o que não deixa de alimentar sua narrativa) com os poderes fácticos, isto é, fatores reais de poder.

Como resultado destas idiosincrasias superlativadas no imaginário político argentino, principalmente o de inspiração Peronista, a compreensão das intenções dos governos da Onda Rosa torna-se algo intrinsecamente complexo. A postura delegativa democraticamente legitimada de seus governantes opera no sentido de tomar para si a incumbência de perceber a vontade geral quase que intuitivamente, em detrimento de utilizar-se de processos transparentes de concertação das forças operantes no país, com base em uma lógica populista pretensamente positiva, mas que vem polarizando cada vez mais o cenário argentino pela ausência de bases, nesta tradição, que comportem a prática da conciliação.

O Brasil entre a heterogeneidade estrutural e à institucionalização

Em relação ao Brasil, o que propomos como resultado dessa comparação, algo heterodoxa, entre a morfologia política dos dois países é enxergar na sociedade brasileira uma crescente pluralidade de centros de poder em equilíbrio razoavelmente estável. Nossa tese será que, em comparação com a Argentina, no Brasil não há uma disputa tão pronunciada em relação ao modelo de sociedade política desejado – o que não significa em absoluto que inexistam importantes (e por vezes imperantes) resistências a ele. Claro está que por detrás de uma superfície de convergência em torno ao pluralismo liberal republicano podem continuar vigorando renovadas práticas de patrimonialismo, clientelismo e corrupção. Essa continua sendo, em nossa visão, aliás, a principal tensão presente nas disputas sociais em torno ao desenvolvimento do país. Mas sustentaremos que a sociedade brasileira teria atingido, ao menos no que se refere à superfície do debate público, uma convergência em torno ao ideal de uma sociedade liberal-republicana. Defenderemos, igualmente, que o Governo Lula significará, por uma série de razões, o ápice até aqui deste processo.

Na esteira da modernização iniciada com a redemocratização e intensificada no Governo FHC - em que se afirmam conquistas como a estabilização econômica e a lei de responsabilidade fiscal -, como já observado em outra oportunidade (Palermo & Menezes, 2012), o Governo Lula acrescentará ao novo modelo de acumulação sua legitimação social e democrática. Kingstone & Ponce (2010) mencionaram o consenso centrista entre as forças políticas, em torno a questões bastante centrais para a política brasileira do período, como o já mencionado compromisso com a estabilidade monetária, mas também uma abordagem flexível da agenda da reforma de mercado e o compromisso de encarar de frente a pobreza e a desigualdade. Embora quando ainda na oposição Lula e o PT pudessem questionar, por exemplo, o controle fiscal (tido como pressuposto da estabilidade macroeconômica), uma vez no governo esses questionamentos revelam-se não mais que retórica vazia.

Um conjunto de instrumentos utilizado em ambos os governos, mas com muito maior ênfase e escala por Lula, seriam as políticas sociais, relativamente baratas, tanto mais se consideramos os mencionados efeitos de legitimação do modelo de acumulação alcançados. A simbiose dos modelos, nos quais as inovações de um governante ganham reforço daquele subsequente, configuraram um consenso cross-party, ainda que – e isso é importante não perder de vista - estejam presentes inegáveis diferenças entre as forças que os representam. (Power, 2010) As similaridades suplantam, porém, a potencial clivagem e, em termos ilustrativos, podemos mencionar experiências de políticas públicas desenvolvidas em governos subnacionais do PT, depois implementadas nacionalmente por FHC nas áreas de saúde e educação e que acabaram por ganhar outro escopo e dimensão na gestão de Lula. O caso mais emblemático é o próprio bolsa-família que teve inspiração direta dos programas do PT de Brasília, para depois ser desenvolvido durante a administração FHC, mas sem que tivesse a amplitude depois conferida a ele no governo Lula. Interessa-nos aqui, como seguramente já está claro ao leitor, sublinhar os traços de continuidade.

Devido exclusivamente aos seus méritos, por causa de uma conjuntura internacional favorável ou em razão dessa continuidade (muito já se disse a

respeito e a discussão é potencialmente infinita – para uma revisão desse debate, veja-se novamente Palermo & Menezes, 2012), o governo Lula exhibe, ao final de seus dois mandatos indicadores portentosos. O gasto social salta de 11,9% do PIB, em 2002, para 13,45%, em 2008. O Programa Bolsa Família, que já existia desde 1998, teve o universo de beneficiários enormemente ampliado (a onze milhões de famílias) e o valor da transferência aumentado. Somando-se o PBF a outros benefícios, de seguridade social ou assistenciais, o Brasil tinha, ao final de 2010, 34,1% da população - principalmente aqueles estratos mais necessitados - atendidos por algum tipo de benefício (Pochmann, 2010).

Registra-se também um crescimento da formalização no mercado de trabalho, que atinge, em 2009, 52% da População Economicamente Ativa (PEA), ante uma taxa de 44% no ano de 2001, com a criação de mais de 12 milhões de empregos formais entre 2005 e 2008 (média de 1,5 milhões por ano. Em paralelo, observa-se um importante crescimento real do salário mínimo (24,25% em termos reais durante o período) e da participação dos salários na renda nacional. Em que pese as limitações de um critério exclusivamente baseado na renda, no período de 2003 e 2008, cerca de 32 milhões de pessoas ascenderam às classes A, B e C e foi registrada uma redução de 43% da pobreza (Neri et al., 2010; De Paula, 2011). Pochmann analisa a evolução da pobreza, nas seis principais regiões metropolitanas, e conclui que a taxa, que era de 42,5% no mês de março de 2002, tinha caído para 30,7% do total da população (Pochmann, 2010).

Possível motivo de celebração, a atual capacidade de promover continuidade na administração federal, em torno a alguns valores fundamentais, poderia ser considerada uma construção política bastante recente na política brasileira. Neste sentido, é interessante notarmos que, ao final da ditadura militar, em meio à crise da dívida, que desembocou em severa crise fiscal e espiral inflacionária, predominava uma grande falta de perspectivas. Um dos textos clássicos do período é o de Sérgio Abranches, sobre o presidencialismo de coalizão brasileiro, e não por acaso diagnostica severos impedimentos em relação à governabilidade.

A permanência do conceito de Abranches talvez se deva a algumas características contidas na teorização sobre o presidencialismo de coalizão, tais

como a acentuada fragmentação das forças políticas representadas no Congresso Nacional. Por conta da impossibilidade dada pelo desestímulo da coincidência entre o voto majoritário e o proporcional, desde 1990 os partidos dos presidentes eleitos nunca lograram alcançar uma maioria no congresso, fazendo com que seja necessário o loteamento dos gabinetes do executivo. A heterogeneidade destas estruturas eram causa primeva da instabilidade política brasileira. (Abranches, 1988) Contudo, essa realidade do sistema político, que ainda vigora, conduziria inapelavelmente, para Abranches, a uma saturação das demandas impostas ao Executivo, e levaria a constantes conflitos entre o Legislativo e o Executivo. Segue a fragmentação das forças políticas, mas, aparentemente, o Executivo tem logrado, nos tempos mais recentes, canalizar e dar vazão às demandas políticas e sociais de maneira mais satisfatória.

Apesar de ainda vigente no cenário político brasileiro, o presidencialismo de coalisão – o conceito de Abranches até hoje é utilizado com propriedade para descrever as relações entre Executivo e Legislativo; entre governos e bases de apoio – perdeu parte do peso como vaticínio talvez intransponível para a afirmação e a consolidação da ordem democrática. O retrato pintado por Abranches em 1988, ora aparentemente revertido, descrevia um quadro político caracterizado por “insatisfações e frustrações de todos os setores, mesmo daqueles que visivelmente têm se beneficiado da ação estatal” e uma “multiplicação de demanda e a proliferação dos incentivos e subsídios” com “o resultado, aparentemente contraditório, de limitar progressivamente a capacidade de ação governamental”. A canalização das disputas inerentes ao sistema reduziram a relevância anteriormente atribuída ao debate sobre a questão da governabilidade. Em termos mais sintéticos: o Brasil teria se tornado governável?

O pano de fundo das disparidades extremas expressas nos interesses dos grupos representados no Parlamento seria, talvez, algo essencial a ser discutido para que se possa dimensionar a dificuldade encontrada pelos governos de Lula para compor com forças historicamente antagônicas de forma a que não fosse aprofundada a polarização do cenário político brasileiro. As origens da heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira podem remontar à colonização

e a sociedade escravocrata implantada, que deixaram como legado perene chagas clientelistas, patrimonialistas, coronelistas, etc. Esse tema supera em muito, entretanto, o escopo do texto, e nos afasta de nossos objetivos fundamentais. Alcança-nos com concluir que a base sobre a qual foram construídas as instituições brasileiras muitas vezes prescindiu de reformas mais profundas e seguiu operando sobre os padrões preexistentes de modo sincrético, o que resultou em uma modernização incompleta da ordem tradicional, uma vez que as novas instituições se imiscuíram com as antigas ao invés de suplantá-las (Abranches, 1988; Nunes, 2003).

O sistema político brasileiro se viu, então, desafiado pela necessidade de agregar e processar a miríade de interesses que advinha da heterogeneidade social com provimento de uma estabilidade suficiente e necessária que pudesse dar respaldo a um processo contínuo de redução dessas disparidades. Neste processo, os recursos utilizados pelos policy makers brasileiros valeram-se muitas vezes de modelos caracterizados pelo sincretismo, como a gramática política de Edson Nunes, em que a modernização incompleta deriva na coexistência de elementos como clientelismo, insulamento burocrático, corporativismo e universalismo de procedimentos:

(...) é curioso que os períodos politicamente mais tensos do Brasil contemporâneo tenham sido aqueles em que o equilíbrio entre as gramáticas esteve comprometido por governos que enfatizaram uma ou duas gramáticas particulares. (...) Os grandes malabaristas do passado, Getúlio e Juscelino, mantiveram o sistema em certo equilíbrio. (Nunes, 2003)

Lula e FHC foram mestres na prática do malabarismo aqui presente enquanto instrumento fundamental para a estabilidade política. A morfologia política brasileira equilibra construções teóricas que tornam complementares o presidencialismo de coalisão de Abranches e as diferentes gramáticas políticas de Nunes enquanto esferas assincrônicas, modernas e tradicionais, que coexistem para dar conta da heterogeneidade estrutural do país. O argumento de Nunes é esclarecedor quando propõe, em detrimento de uma concepção binária de atraso versus modernidade, uma interpretação do Brasil a partir de um sincretismo múltiplo.

Ao contrario da sociedade argentina que passa por um revisionismo histórico para fins de atualização dos cânones interpretativos de sua trajetória política, o debate político no Brasil parece haver superado com uso dos recursos anteriormente mencionados, a necessidade de que sejam revistas as narrativas constitutivas do *ethos* que hoje impera. Ainda que sejam inúmeras as razões para o exercício da crítica aos processos históricos de construção estatal que primaram pela ação autoritária e exclusiva das elites, instrumentos de repactuação foram privilegiados a fim de que se acomodassem clivagens imemoriais em nome da estabilidade política e da governabilidade, conquanto o conjunto de políticas públicas não ignore solenemente os abismos existentes entre os extratos sociais brasileiros.

O complexo equilíbrio a se manter nesta circunstância deve levar em conta a coexistência de um sistema político clientelista e patrimonialista com um projeto de redução de disparidades e de desenvolvimento do país. Uma vez consolidadas as garantias a níveis mínimos de direitos sociais, é possível que a população, enquanto um ator emergente, radicalize na afirmação de sua cidadania colocando em risco o extravagante equilíbrio sincrético das “gramáticas” de Nunes, aparentemente incompatíveis.

É nisso que parece apostar André Singer, num registro que, pelo tom francamente otimista, não poderia contrastar mais com o de Abranches de 1988. Afinal, nada mais antitético aos escritos sobre ingovernabilidade, que a teorização sobre o “clima rooseveltiano” que André Singer atribui ao Brasil do pós-Lula. Singer vê no Brasil do presente “algo da atmosfera imaginária na qual, há mais de meio século, a democracia norte-americana criou o arcabouço de leis, instituições e ações do New Deal.” Considera que o ex-Presidente instituiu parâmetros que balizarão a competição política de agora em diante no país: “partidos e candidatos divergirão quanto aos meios, mas os fins estão fixados de antemão”. Em tom de indisfarçável otimismo, prevê que como devir inapelável para a nação que os contendentes políticos estejam voltados ao projeto “de criar no Brasil, em um ‘curto espaço de alguns anos’ uma sociedade com base na classe média.” (Singer, 2010)

Apesar de sua visão otimista, Singer concede que a democratização social que prevê para o país estará condicionada por uma série de embates entre as forças sociais em disputa. Em seu *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*, Singer (2009) propôs a tese da troca de base eleitoral do lulismo – que o leva posteriormente à comparação com o New Deal rooseveltiano. Em sua visão, em ambos os processos – separados por sete décadas – seriam registrados o fenômeno da troca de apoio da base do Presidente entre a eleição e a reeleição. Nos dois casos, teria ocorrido o afastamento da classe média, mas os eleitores pobres teriam tomado o seu lugar.

Para Singer o lulismo expressaria um fenômeno de “representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”. O “subproletariado”, como ele caracteriza essa fração de classe, emerge de suas páginas como inatamente conservador e, portanto, expectante de “um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida”. O lulismo incorporaria assim, a noção conservadora de que “a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista”, bem como o fundamento progressista, de que “um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres, independentemente do desejo do capital”. (Singer 2009)

Palermo & Menezes sugerem interpretação sobre o lulismo que, se não se afasta totalmente da de Singer, sugere outras implicações:

Lo que desarrolla Lula en el gobierno no consiste en un modelo redistributivo ni de poder político ni de poder social. Al lado de la desmovilización que representó su gobierno, tampoco cualquier reforma estructural fue implementada. Sin embargo, tiene un elevado potencial de creación de condiciones para la redistribución social y política, al incluir, entendemos que irreversiblemente, a las masas a la ciudadanía tanto política como social. O sea, va en la tradición brasileña de acomodación de intereses, más que en la del conflicto. No obstante todas las limitaciones, se trata de una novedad extraordinaria, porque los intereses que se acomodan, aún constituidos desde arriba, son los de las masas antes excluidas. (Palermo & Menezes, 2012)

No entanto, é preciso que reste claro, que para Singer, a efetiva democratização social no Brasil não estaria garantida antecipadamente. Estaria sim condicionada à construção política que as forças progressistas forem capaz

realizar em face a essa sociedade em radical mutação. O tema para o autor também remete também às relações Estado – sociedade.

A menos que sobrevenha nova ascensão do movimento social, em refluxo desde a década de 90, uma parte dos conflitos ocorrerá num plano relativamente oculto – eles se darão por meio de negociações intraestatais, sem que o público amplo possa percebê-los de imediato. (Singer, 2010)

Tudo isso considerado, em especial a hipótese do realinhamento eleitoral e da mescla entre elementos conservadores e progressistas, leva naturalmente Singer a imaginar um “conflito entre um Estado popular e elites antipovo”. O passo seguinte, já intuía o leitor arguto, é imaginar um retorno do debate sobre populismo no Brasil (ponto sobre o qual voltaremos nas conclusões).

Independentemente da potencial instabilidade política oriunda da perpetuação da desigualdade econômica enquanto um obstáculo à obtenção da cidadania plena e em se considerando que ainda há muito a ser consolidado em termos de adensamento dos direitos de bem estar formalmente adquiridos, as estruturas de poder no Brasil lograram alcançar condições para que se forme consenso a respeito de elementos caros à institucionalização da democracia. O fenômeno proposto por O’Donnel (2009) que atribuiria aos atores relevantes, participantes do processo de constituição institucional nacional, a preferência pela cooperação em detrimento da divisão facciosa, aquilo que o autor chama de “cooperação competitiva”, pode ser facilmente localizado nas transições de comando ocorridas no Brasil nos últimos anos. Uma vez estabelecidos os possíveis agentes representativos, um processo de confiança institucional passa a se fazer presente no exercício individual das preferências dos demais participantes da sociedade, em última instância, o voto. Este círculo virtuoso amparado em acordos tácitos entre as principais frentes ideológicas, no caso, a lenta e paulatina redução das desigualdades em um marco de modernização e contínuo adensamento das relações capitalistas, permite que se aproximem as plataformas políticas diluindo as possibilidades de rompimento de um projeto de Estado.

O’Donnel (2009) também considera positivas as negociações realizadas ininterruptamente dentre os pólos opostos a fim de que se possam coordenar e

aproximar agendas muitas vezes distintas. O fortalecimento destas relações faz com que cada vez mais correntes antagônicas se reconheçam como interlocutores válidos capazes de articular em nome das instituições que representam. No momento em que o conjunto de instituições participantes do processo decisório governamental em seus mais diversos níveis passa a promover relações múltiplas e estáveis, “emerge uma democracia consolidada e institucionalizada” (O’Donnel, 2009).

As instituições para o autor seriam um nível intermediário de organização da sociedade, capazes de mediar motivações individuais e o conjunto de decisões produzidas coletivamente em prol de uma razoável aproximação do bem comum. Ainda que destas estruturas decorram problemas relativos à exclusão de parte dos atores sociais, à excessiva burocratização do processo decisório e, em muitos casos, à inércia, na inexistência de instituições políticas democráticas capazes de promover diálogos convergentes, este espaço é inevitavelmente ocupado por práticas indesejáveis que só fazem por retroceder os avanços no aprofundamento da democracia. Neste sentido, a maturidade das instituições políticas brasileiras e sua capacidade de estabelecer relacionamentos conciliatórios pode ser considerada um elemento positivo nas feições adquiridas no país pela “onda rosa”. A contraparte inevitável – e tensão permanentemente presente – é a tendência à conciliação irrestrita, política elitista e modernização conservadora – tudo isso podendo degenerar em prussianismo e gattopardismo.

Assim, contrastando com o otimismo de Singer, podemos apontar, por exemplo, as ponderações feitas por Marcos Nobre (2010, 2011), para quem tenderiam a prevalecer tendências paralizantes na política brasileira. Na interpretação de Nobre, Singer caracterizaria o "subproletariado", que aponta como a nova base de apoio do lulismo, como profunda e inatamente conservador: "De maneira crua, o que se tem na argumentação de Singer é o suposto de que aumentar a renda da população pobre tem resultados conservadores". Considera, igualmente, que daí emerge um "economicismo de novo tipo", que por "ignorar o papel das instituições e de uma cultura política democrática" termina por "reduzir a política ao reflexo de uma população que compra e consome" (Nobre, 2010).

Em seguida, Nobre avança sobre sua própria teoria, que batiza de “pemedebismo”. Seria uma cultura política herdada da redemocratização, nos anos 80 e constituiria num sistema de vetos ou "um modelo de gerenciamento de interesses adaptado à desigualdade e à fragmentação regionais" ou "em suma, um partido nacional à brasileira" (Nobre, 2010)

É um modo de fazer política que franqueia entrada no partido a quem assim o deseje. Pretende, no limite, engolir e administrar todos os interesses e ideias presentes na sociedade. Em segundo lugar, garante a quem entrar que, caso consiga se organizar como grupo de pressão, ganhará o direito de vetar qualquer deliberação ou decisão que diga respeito a seus interesses. Foi assim que o PMDB se organizou a partir da década de 80. Como se o partido fosse, em si mesmo, um governo de união nacional (Nobre, 2011).

Nobre localiza a gênese de seu "pemedebismo" na resposta conservadora que teria sido dada ao "brutal descompasso entre uma democracia sem instituições e a altíssima participação popular nos anos 80". Nesse momento, a fim de evitar a saída da democratização demandada, o establishment político brasileiro teria criado o sistema de “filtros, obstáculos e vetos” a fim de selecionar as demandas que efetivamente seriam atendidas naquele contexto de efervescência participativa. Nesse esquema, um exercício democrático centrado no bloqueio do oponente e na interdição de debates indesejados pode levar – e frequentemente leva – a uma supressão das polarizações políticas, o que origina, por sua vez, uma tendência à paralisia: “a resposta pemedebista canônica é a do adiamento permanente de soluções definitivas”. (Nobre, 2011)

A fim de nos aproximarmos das conclusões, em que procuraremos extrair algumas observações da comparação entre os dois países, sustentamos aqui que, em nossa visão, radica nas instituições a resposta para a divergência esboçada entre o otimismo que vê Singer na inclusão social da grande massa de desvalidos brasileiros e a resiliência do sistema político excludente enxergada por Nobre. Para introduzir esse argumento, convém recordar algumas características da transição política brasileira. O lento e gradual processo vivido pelo país a partir do governo Geisel foi inicialmente visto com alguma simpatia por boa parte dos

analistas, que consideravam que tal processo possibilitaria que as forças antagônicas pactuassem compromissos. O que levaria os contendentes tão acerbos à mesa de negociação seria, pelo lado do regime, a necessidade oriunda da pressão social, e pelo lado das forças democráticas, o próprio interesse na continuidade da democratização.

Essa visão otimista foi, contudo, dando lugar a apreciações muito mais céticas, à medida que o processo se arrastava durante anos. Os observadores políticos foram concluindo, pouco a pouco, que a maior legitimidade que gozava o regime, mesmo em seus estertores, quando comparado, por exemplo, aos países vizinhos, em razão do desempenho econômico favorável e da menor escala das violações de direitos humanos, possibilitava aos militares conservar poder de influência durante a transição. As instituições do regime ditatorial transmutavam-se, sem experimentar verdadeira ruptura, nas instituições que agora serviriam à democracia. Dentre esses teóricos das transições, O'Donnell chamava a atenção para a transição que sucede a transição, isto é, para a transição entre o governo eleito democraticamente (mas que opera inevitavelmente no quadro institucional herdado do regime autoritário) e o regime democrático institucionalizado e consolidado. Mais de duas décadas depois de reconquistada a democracia formal, não parece ser o autoritarismo o principal obstáculo para a efetiva democratização social, mas a resiliência de instituições elitistas e refratárias aos controles democráticos.

Um dos objetivos desse trabalho foi indagar se o Brasil, após as décadas de transição democrática, conseguiu consolidar suas instituições democráticas em um marco pluralista, no qual, para utilizarmos a definição de Bobbio, a sociedade seja composta de vários grupos ou centros de poder (mesmo que em conflito entre si) que atuem no sentido de limitar, controlar e contrastar o centro do poder dominante, historicamente identificado com o Estado. (Bobbio, 2003). Em nossa visão, deve-se frisar a emergência de uma série de instituições de controle, com razoável grau de autonomia, entre as quais podem ser mencionados os Tribunais de Contas, Controladorias e a Comissão de Ética da Presidência da República. A eles deve-se agregar, naturalmente, a vigilância da imprensa e de opinião pública. Associados a uma genuína separação entre os poderes, observa-se crescentemente no país um conjunto de instituições que funcionam efetivamente

como freios e contrapesos e que se convertem em pontos de decisão não contornáveis dentro do fluxo de poder político.

Essas instituições devem atuar, em teoria, no sentido de assegurar a rendição de contas. Isto é, no ideal da democracia representativa, deve-se construir a chamada “accountability” entre representantes e representados. Como nos recorda O’Donnell

En las democracias institucionalizadas, la rendición de cuentas funciona no sólo de manera vertical, de modo que los funcionarios elegidos sean responsables frente al electorado, sino también en forma horizontal; a través de una red de poderes relativamente autónomos; es decir, otras instituciones, que pueden cuestionar, y finalmente castigar, las formas incorrectas de liberar de responsabilidades a un funcionario determinado. (O’Donnell, 2009)

Mais uma vez aqui, há uma série de questões que condicionam a afirmação desse ideal no Brasil. A heterogeneidade estrutural e a abissal desigualdade geram diferentes condições de acesso à Justiça e fazem com que a sociedade considere que o “castigo” a que se refere O’Donnell seja muitas vezes mera formalidade. É opinião corrente na sociedade brasileira de hoje que os ricos e bem posicionados utilizam-se das garantias jurídicas e possibilidades dilatórias para esquivarem-se das responsabilidades ou permanecerem impunes até a prescrição de seus delitos. A própria dimensão republicana da democracia segue, assim, em disputa, com a coexistência de forças sociais que exigem uma observância mais estreita da diferenciação dentre os interesses públicos e privados dos ocupantes de cargos públicos e outras forças, que resistem.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38. 1988.

BOBBIO, Norberto. Pluralismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BOIX, Carles. **Democracy and Redistribution**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CANOVAN, Margaret. "Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy." **Political Studies** 47 (1): 2–16, 1999.

CARTA ABIERTA. Espacio Carta Abierta, 2009. Disponível em: <http://www.cartaabierta.org.ar>. Acesso em: 12/7/2012

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KINGSTONE, Peter R., y PONCE, Aldo F. From Cardoso to Lula: The Triumph of Pragmatism in Brazil. En: Kurt WEYLAND y otros. **Leftist Governments in Latin America**; Cambridge University Press, 2010.

LACLAU, Ernesto. ¿Populismo: qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, Francisco (org). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, 39 (4): 541–63, 2004.

NERI, Marcelo e otros. Atlas do bolso dos brasileiros. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro y otros (Org.). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

NOBRE, Marcos. O fim da polarização. En: **Piauí**. dec/2010.

_____. O condomínio peemedebista. En: **Folha de S. Paulo**. 15/05/2011.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 35, 1993.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. **¿Y a mí, que me importa?** Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1984. Disponible en: http://www.cedes.org.ar/Publicaciones/Est_c/Est_c1984,8.pdf. Último acceso en 20/12/11.

_____. Democracia Delegativa. **Journal of Democracy en Español**, Santiago, v. 1, p. 07-23, julho de 2009.

_____. Sobre los tipos y calidades de democracia. In: **Página 12**. Lunes, 27 de febrero de 2006. Entrevista concedida a José Natanson.

PALERMO, Vicente. **Algunas hipótesis comparativas Brasil Argentina siglo XX**. Paper presentado en el marco del seminário Política e Sociedade na Argentina e no Brasil: Estado, Democracia e Cultura, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, junho de 2008. Aceso en <http://www.mpargentino.com.ar/wp-content/uploads/2009/03/2008-Ensayo-comparativo-BrasilArgentina-siglo-XX-1.pdf>.

_____. Consejeros del príncipe: intelectuales y populismo en la Argentina hoy. **RECSO**. Vol. 2, año 2.

PALERMO, Vicente & MENEZES, Thiago M. Gobierno de Lula y lulismo: examinando algunas hipótesis sobre las condiciones de posibilidad y la naturaleza del lulismo. **Temas y Debates**. Universidad de Rosario, 2012.

POCHMANN, Márcio. Pobreza, desemprego e desigualdade: anotações importantes sobre o cenário recente no Brasil metropolitano. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro e otros (Org.). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2007

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**. N.85, 2009.

_____. O lulismo e seu futuro. En: **Piauí**. oct/2010.

TABAROVSKY, Damián. Périplo Portenho. In: **Folha de S. Paulo**. 04/12/2011.

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2010.

THOMPSON, Edward P. **The making of the english working class**. New York: Vintage Books, 1966.

URBINATI, Nadia. **Representative democracy: principles and genealogy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOLFF, Jonathan. **An introduction to Political Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1996.